

TRABALHO EDUCATIVO NA GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS E FAUNÍSTICOS NO DISTRITO DE MABOTE EM MOÇAMBIQUE

Munossiua Efremo Macorreia ¹

Maria Veronica Mapatse ²

Americo Mahumane ³

Resumo: Moçambique, é um País que ainda possui recursos naturais virgens para as comunidades rurais. A exploração ilegal florestal para o aproveitamento da madeira, a caça furtiva para o consumo familiar, as queimadas descontroladas e agricultura itinerante, são apontadas como os principais fatores que ameaçam a extinção e o desenvolvimento dos recursos naturais. A situação torna-se mais complicada, porque os mesmos recursos são explorados sem beneficiar as comunidades locais. O governo, têm realizado alguns esforços a nível local para reconhecer a importância florestal e faunístico, promovendo a sua gestão sustentável. Assim, este estudo tem como objetivo: fazer das comunidades locais autores mais dinâmicos participativos na gestão e controlo dos recursos florestais e faunísticos no processo de desenvolvimento rural local, partindo do reconhecimento e formalização cadastral dos seus direitos, e a seguir, lhes oferecendo uma série de opções para realizar os seus próprios projetos de exploração dos recursos naturais, melhorando as suas condições de vida. Tomou-se como base a pesquisa exploratória, descritiva de natureza qualitativa/quantitativa, aliado à técnica da pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstraram que apesar de existirem o interesse de criar uma consciência de valorização e reconhecimento dos direitos das comunidades locais para uma boa gestão através de um Trabalho Educativo, há ainda algumas lacunas na partilha de benefícios, como imperativos para o sucesso no combate à pobreza.

Palavras-chave: Trabalho Educativo; Gestão Florestal e Faunístico.

¹Universidade Save-UniSave- Moçambique. E-mail: efremomunossiua@yahoo.com.br.

²Universidade Save-UniSave- Moçambique. E-mail: mariavmapatse@gmail.com.

³Universidade Save-UniSave- Moçambique. E-mail: mahumaner@gmail.com.

Abstract: Mozambique is a country that still has virgin natural resources for rural communities. Illegal logging for the use of wood, poaching for family consumption, uncontrolled fires and shifting agriculture are identified as the main factors that threaten the extinction and development of natural resources. The situation becomes more complicated because the same resources are exploited without benefiting local communities. The government has made some efforts at the local level to recognize the importance of forests and fauna, promoting their sustainable management. Thus, this study aims to: make the local communities more dynamic and participatory authors in the management and control of forest and faunal resources in the process of local rural development, starting with the recognition and registration of their rights, and then offering them a series of options to carry out their own projects to exploit natural resources, improving their living conditions. It was based on exploratory, descriptive research of a qualitative/quantitative nature, combined with the technique of bibliographic research. The results showed that although there is an interest in creating an awareness of appreciation and recognition of the rights of local communities for good management through Educational Work, there are still some gaps in the sharing of benefits, as imperatives for success in the fight against poverty.

Keywords: Educational Work; Forest and Wildlife Management.

Introdução

O distrito de Mabote, possui recursos florestais abundantes, tais como: Mecrusse, Cimbirre, Chanfuta, entre outros que constituem a fonte de rendimento para as comunidades locais.

O Governo local na sua governação tem criado esforço no sentido de promover políticas, estratégias e procedimentos para que haja a conscientização ambiental por parte dos operadores florestais, possibilitando o setor privado a adquirir o papel principal de exploração dos recursos naturais.

Na prática, este esforço é quase que inexistente porque as grandes empresas privadas madeireiras, são as que tem direito de explorarem os recursos florestais sem beneficiar as comunidades nativas, criando constantemente conflito entre as comunidades locais e os investidores.

Essa situação, torna-se mais complicada com a guerra civil que assolou no País no período 1977-1992, entre as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), fez com que as pessoas deslocassem de um lugar menos seguros para os locais com maior segurança.

Este facto, criou muitos conflitos sociais, porque os indivíduos que chegavam a um local não se penetravam inteiramente com as tradições culturais desses locais e algumas pessoas puderam ascender cargos de secretário do bairro, marginalizando os nativos. Consequentemente o distrito

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 281-293, 2022.

viveu uma situação catastrófica, devido a existência de maior degradação em várias áreas.

Assim, após a guerra, em 1992, devido à falta da “transmissão das normas tradicionais com recurso à pluridisciplinaridade”, as atitudes tradicionais conservadoras da flora e da fauna perderam importância e foram adquiridas novas formas de convivências com a natureza, contribuindo para a destruição de vários elementos naturais (flora com a sua fauna) apesar na atualidade existirem algumas preleças das formas tradicionais ambientais através das pessoas mais velhas que viveram no antigamente a história ambiental local ainda deixa a desejar.

Assim, o governo local tem efetuado a sua tarefa facilitadora e educadora, trabalhando com as autoridades tradicionais (régulos), administrativa (secretários dos bairros, chefes dos postos e localidades), estabelecendo um sistema eficaz e transparente, reforçando a capacidade das comunidades a se organizarem para receber e usar os 20% em prol do seu próprio desenvolvimento comunitário.

Perante os factos acima, essa situação vem trazendo danos irreversíveis atualmente, pois nunca houve uma preocupação para manter intacta a riqueza natural, isto porque o comportamento dos operadores madeireiros está a tomar diretrizes assustadores sobre a natureza.

Diante a situação verificada e descrita nos parágrafos acima, surgem-nos o seguinte problema de investigação: até que ponto o governo local tem promovido políticas, estratégias e procedimentos que permitam a participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisões, dotando-as de todas as ferramentas necessárias para a gestão dos recursos naturais, combatendo e reduzindo todos os casos de exploração ilegal sem licença?

Como profissionais de educação, diante do dilema que se vive atualmente no distrito de Mabote levou-nos a decidir pela realização de um Trabalho Educativo que visa fazer das comunidades locais autores mais dinâmicos participativos na gestão e controlo dos recursos florestais e faunísticos no processo de desenvolvimento rural local, partindo do reconhecimento e formalização cadastral dos seus direitos, e a seguir, lhes oferecendo uma série de opções para realizar os seus próprios projetos de exploração dos recursos naturais, melhorando as suas condições de vida.

Metodologia

Para desenvolver este estudo pautamos pela pesquisa exploratória, descritiva de natureza qualitativa. Utilizou-se, *a priori* a pesquisa exploratória objetivando compreender melhor de que forma as comunidades residentes no distrito de Mabote não se beneficiam dos seus recursos florestais e faunísticos, assistindo passivamente os operadores madeireiros a exportarem sua madeira para o Continente Asiático, concretamente para China.

Em seguida, realizou-se a pesquisa descritiva, justifica-se pelo facto de que este tipo de pesquisa ter permitido observar, registrar, descrevendo as características de uma população ou fenômeno ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos (GIL, 2008).

Optou-se pelo estudo qualitativo com a finalidade de fazer uma descrição compreensiva e analítica de um grupo social, de uma organização etc. (BOGDAN; BIKLEN, 2003) envolvendo 100 pessoas correspondente a uma amostra de 30 indivíduos e quantitativa, permitiu buscar dados em níveis estatísticos, traduzindo em números, opiniões e informações sobre os resultados da amostra quantificado para os interessados (MATTAR, 2001).

Para a análise de dados recolhidos através de entrevista semiestruturada, incluindo as perguntas e respostas abertas, com vista a reduzir a subjetividade da análise, optou-se por definir, *a posteriori*, conjuntos de categorias, adequadas, pertinentes e adaptadas ao conteúdo das respostas obtidas com uma questão, ou com um conjunto de questões, relacionadas com um dado objetivo da entrevista (BARDIN, 2008). Especificamente, sobre as concepções, recorreu-se a um conjunto de categorias previamente utilizado por outros autores, que é o caso de Afonso (1999), para classificar respostas as questões de natureza semelhante. Assim, as respostas a esse tipo de questões foram classificadas com base no seguinte conjunto de categorias:

- i) **Cientificamente aceite:** abrange respostas que continham todas as ideias necessárias para que a resposta à pergunta em causa pudesse ser considerada correta e completa, embora aquelas respostas possam ter sido ditas por outras palavras;
- ii) **Contendo concepções alternativas:** inclui respostas que integram algumas ideias que têm lógicas do ponto de vista dos participantes, mas que são opostas às cientificamente aceites.

Trabalho educativo nas comunidades locais

A preocupação fundamental do Trabalho Educativo nas últimas décadas nos fez entender que o envolvimento das comunidades locais na busca da gestão dos recursos naturais e na construção de saberes socioambientais é indispensável, porque o conhecimento tradicional das populações locais é visto como um importante elemento nos debates sobre o uso e manejo de recursos naturais, desenvolvimento sustentável e criação de unidade conservacionista.

Assim, o Trabalho Educativo aparece como uma estratégia de conscientização ecológica e mobilização para a solução dos problemas ambientais locais e globais, fortalecendo algumas formas de controle local sobre os recursos naturais em suas diferentes manifestações, naquilo que vai passando entre as gerações.

Desta forma, o Trabalho Educativo tem se destacado como uma promissora ciência no fornecimento de subsídios para a análise da sustentabilidade de recursos naturais, uma vez que “*o conhecimento local é*

ainda pouco estudado e o seu papel fracamente valorizado nas soluções de problemas sociais e ambientais que carecem de uma abordagem interdisciplinar” (ALEXIADES, 2003, p.15-28.).

A partir desta perspectiva, Hall (2006), completa a ideia do Alexiades (2003, p.15-28.) ao afirmar que:

O conhecimento local não se trata apenas de uma ação isolada, mas de um conjunto de ações que tem como base a partilha de expectativas, valores, crenças e significados entre os indivíduos, na busca de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Assim, aliando a nossa dimensão à posição do Fernandes (1973, p.96), considera as comunidades locais como *“um conjunto de pessoas que comungam as normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico”.*

O contexto deste cenário, conduz a necessidade urgente na *promoção das comunidades locais na busca das suas atividades ligadas com a natureza. Pois, por tradição elas sabem cuidar dos seus recursos naturais e é a partir dela que o sujeito agrega sentimentos, valores, condutas e posicionamentos, construindo novos conhecimentos tradicionais tanto em seus aspectos naturais e sociais.*

É a partir desta contribuição que o Silva (2007), declara que:

Custos de explorações florestais tendem a recair sobre a sociedade, as futuras gerações e, com frequência, sobre as famílias das áreas rurais mais pobres, que frequentemente dependem dos recursos e serviços fornecidos pela floresta para sua segurança e sobrevivência.

Assim, as comunidades locais, pelo facto de saber que são donos das terras, significa essas comunidades têm um incentivo para protegê-las e melhorá-las para o futuro, limpando pequenas faixas de espaços abertos dentro das florestas antes do início da temporada de incêndios do verão, a fim de impedir que as queimadas engulam áreas muito maiores.

É nesta perspectiva, que esta pesquisa aparece como sendo o único instrumento de conscientização das medidas conservacionistas, evitando o desmatamento ilegal e incêndios florestais, patrulhando a floresta e intermediando acordos comunitários para gerenciar as queimadas, abandonando certos hábitos e costumes que perigam a sustentabilidade dos recursos naturais.

Portanto, a partir do contexto deste cenário acredita-se que “o aprendiz, é um sujeito ativo capaz de interpretar, problematizar, dialogar, compreender e construir conhecimento científico e tradicional” (LUCKESI, 1993, p.114).

Trabalho Educativo na Gestão dos Recursos Florestais e Faunísticos

Atualmente em Moçambique, tem registado uma diminuição a um ritmo acelerado dos recursos florestais. O mais recente inventário florestal nacional indica uma perda anual de cerca de 217000 hectares, o que equivale a um índice de deflorestação anual de 0,58 por cento (SERRA, 2012).

Tudo indica que, esse valor tenha tendência a aumentar devido maior exploração excessiva da madeira que posteriormente é exportada para o continente Asiático, concretamente na China.

É nesta contextualização que Mustalahti (2011), nos seus estudos florestais, aponta vários constrangimentos em relação ao real grau de envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos florestais com a sua fauna-bravia, como por exemplo:

falta de incentivos para a população local na participação ativa no controlo e gestão de recursos naturais; uma atitude conservadora entre os silvicultores e políticos, que se assumem como únicos na tomada de decisões, mesmo reconhecendo que a floresta precisa de ser protegida pela população local; a falta de incentivo e motivação necessária para as administrações distritais poderem promover os direitos locais e a capacitação das pessoas.

E o contributo acima, é também sustentado por Macucule (2006) ao defender que:

as principais limitações das comunidades na gestão participativa de recursos naturais florestais e faunísticos, são relacionadas com seguintes aspectos: instabilidade social devido a baixa renda das famílias e a falta de alternativas de rendimentos; a não incorporação do conhecimento local no processo técnico da gestão sustentável de recursos; falta de vontade política aos níveis governamentais e resistências às mudanças aos níveis administrativos e locais que se manifestam pelo persistente estado de monopólio estatal na gestão de recursos naturais, dentre outros aspectos.

A partir desta análise, o governo do distrito de Mabote vem desenvolvendo várias ações de Trabalho Educativo, sensibilizando as comunidades locais no plantio de árvores e estabelecimento de plantações para a produção de produtos para autoconsumo ou mesmo para o mercado.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 281-293, 2022.

Assim, a Estratégia Nacional de Reflorestamento, Aprovada em 2009, define ações concretas neste domínio. Um dos objetivos desta estratégia é inculcar na população o gosto pela natureza com o seu meio ambiente e, o seu engajamento em ações concretas de criação, manutenção e proteção da cobertura vegetal em geral (DNFFB, 2010, p.30).

Perante o facto, o Trabalho Educativo tem a responsabilidade de propor uma nova cultura comportamental, que busca um compromisso do homem com o presente e o futuro do ambiente, orientando o processo para a formação da cidadania competente para desenvolver práticas pedagógicas solidárias e articuladas com a emancipação humana, enfatizando a relação existente entre consciência, conhecimento e valores (TRISTÃO, 2013, p.847-860).

Neste contexto, o Trabalho Educativo deve ser visto como uma técnica psicopedagógica, que pode proporcionar a participação das comunidades locais na prática de gestão dos recursos naturais expondo diferentes valores, percepções e hábitos, promovendo campanhas para a preservação e restauração de ecossistemas e melhorando o gerenciamento do meio ambiente.

Trabalho Educativo na Escola

Ao abordarmos nossa pesquisa, utilizaremos concepções da “escola” que venham auxiliar na realização da nossa pesquisa, bem como princípios e abordagens do nosso tema junto ao público com o qual escolhemos trabalhar. Pois, ainda na perspectiva de Dias (2004, p.523), a concepção de “escola” é que ela “*não deveria constituir somente um lugar para inculcar conhecimentos, mas também, deveria servir como um lugar que possibilita a socialização com as comunidades locais*”.

Neste sentido, é importante ressaltar a importância que a escola possui no processo de formação do capital humano, não apenas a uma área específica, pois a questão do meio ambiente deve andar em paralelo e sem fronteira, havendo a aliança da tradição local, na aplicabilidade de projeto que conscientizem as comunidades locais na luta pela sustentabilidade do meio ambiente.

Este aspecto, ressaltado, ganha interesse na abordagem do nosso trabalho pelo facto de se ter como propósito, o “Trabalho Educativo”, como veículo para que a escola lide efetivamente com o meio ambiente, como um papel a ela inerente, algo que sujeita a uma integração deste elemento no currículo, contribuindo para a emancipação social.

Assim, seria aconselhável que cada educador assumisse o Trabalho Educativo, como “componente básico de seu fazer pedagogo”. Não devendo furtar-se ao desenvolvimento das ações decorrentes deste compromisso, seja em termos de sala de aula, seja nas suas atividades extracurriculares. Os documentos orientadores e legais das questões ambientais deveriam ser do

domínio do educador na sala de aula, envolvendo, todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por educadores.

RESULTADOS

A percepção de diferentes autores acerca da participação das comunidades locais na gestão dos recursos florestais e faunísticos no distrito de Mabote:

Participantes	Perguntas	%	Resultados
Estruturas tradicionais e administrativas	Poderiam explicar estratégias adequadas para o controlo e gestão dos recursos florestais e faunísticos no distrito de Mabote?	16.67	Os operadores florestais antes da implementação das suas atividades deveriam fazer consultas e auscultação as comunidades residentes no distrito, possibilitando a participação das estruturas tradicionais na fiscalização e gestão florestal e faunística em sua zona de jurisdição. Por outro, as comunidades locais, deveriam beneficiar-se dos 20 por centos das taxas, resultantes da exploração dos recursos naturais, segundo o que está previsto na lei da floresta e fauna-bravia. Também. Destacaram que a pobreza e a baixa escolaridade das comunidades, constituem um dos fatores da exclusão no processo de tomada de decisão de gestão sustentável dos recursos naturais. Finalmente, sugeriram que o governo local, gozando das suas competências deveria promover iniciativa que possibilitasse a criação de projeto de rendimento nas comunidades locais de acordo com o seu nível de escolaridade e campanha de alfabetização ecológica.
Comunidades locais	Poderiam explicar as causas que motivam a irregularidade da exploração excessiva dos recursos florestais sem a observância da lei da floresta em vigor no País, prejudicando as novas gerações vindouras?	20	A ausência de comunicação entre o governo local e os líderes tradicionais (detentores do saber tradicional) e conflitos de interesse entre as comunidades e os operadores florestais, constituem fatores de maior entrave que geram o desrespeito pelas comunidades e suas lideranças, abrindo o espaço da irregularidade de exploração nas florestas. A título de exemplo, assiste-se no distrito o derrube de algumas espécies florestais medicinais e animais proibidas pela tradição local ou não previstas nas suas licenças de exploração.

Continua...

...continuação.

Participantes	Perguntas	%	Resultados
Camponeses/agricultores	Poderiam explicar as causas que motivam para a realização de derrubes excessiva das árvores?	13.33	Os camponeses/agricultores, estão cientes das consequências, mais devido a pobreza são obrigadas a realizarem o corte excessivo das árvores com objetivo da abertura dos campos agrícolas, aproveitamento de estacas para construções de habitações, alimentos, energia etc.
Caçadores	Poderiam mencionar as causas que motivam a destruição da floresta com a sua fauna-bravia sem a observância da sua gestão racional?	10	Um caçador que aparentava ter 70 anos de idade, destacou que um dos fatores que levam a prática desta atividade insustentável é por causa de certos animais como por exemplo elefantes, hipopótamos destruïrem os produtos agrícolas das machambas. Também, descaram que o outro elemento está relacionado com o consumo familiar, melhorando a qualidade da dieta das comunidades.
Aprendizes	Que medidas educacionais deveriam ser tomadas, visando mitigar à gestão insustentável dos recursos florestais?	23.33	Os aprendizes entrevistados, colocam os professores como alicerce fundamental que possam ajudar a mudança de atitudes, para uma nova visão do mundo voltada para mitigação da gestão insustentável dos recursos florestais. Por outro, acrescentaram que o governo local junto aos serviços distritais de Educação e Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente devem promover esforço no sentido de envolver todos os residentes do distrito de Mabote no plantio de árvores, principalmente para os locais que apresentam maior degradação. Um aprendiz com uma idade que aparentava ter 20 anos acrescentou que a escola como local de socialização deve ter maior responsabilidade não somente inculcar os conhecimentos aos aprendizes mais também deve conscientizar e sensibilizar aos operadores florestais, explicando as ferramentas adequadas para a preservação da floresta e fauna-bravia.

Continua...

...continuação.

Participantes	Perguntas	%	Resultados
Professores	Que sugestões gostariam de dar, para a resolução da gestão dos recursos florestais com a sua fauna-bravia?	6.67	Os professores como facilitadores na sala de aula, reconhecem que para uma boa gestão sustentável dos recursos naturais é necessário ter em conta algumas questões como por exemplo: quais as estratégias adequadas de Educação Ambiental que poderiam colaborar para a preservação do meio ambiente (flora e fauna-bravia)? Que impactos podem ter a exploração excessiva dos recursos florestais? Os professores entrevistados com idade que variava entre 25-45 anos, ao fundamentar as questões acima colocadas responderam que é necessário ter em consideração alguns documentos orientadores, para entender em que moldes podemos estabelecer os princípios e normas básicas sobre a proteção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos (o Decreto nº 30/2012, de Agosto da lei nº 11/2003, de 25 de Março lei da floresta e fauna bravia Moçambicana). Na outra pergunta, responderam que não se observa nenhum pormenor que liga as práticas de Educação Ambiental na preservação da floresta e fauna, sendo esta uma das lacunas que se estende aos currículos educacionais moçambicanos, pois mesmo a própria Educação Ambiental não se coloca em foque, aparece inserido ou submisso aos conteúdos do meio ambiente, mas sem uma clara alusão a necessidade da preservação dos recursos naturais.
Operadores florestais	Poderiam explicar as causas que motivam o corte excessiva da floresta?	10%	Os operadores florestais praticam esta atividade com a finalidade de aproveitamento da madeira e posteriormente exportada para o continente Asiático, concretamente na China. Destacaram-se ainda a produção de carvão vegetal que será vendido na cidade de Maxixi e Inhambane.

Fonte: autores.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 281-293, 2022.

A partir da tabela acima, nota-se que as comunidades locais não sentem estimuladas ou valorizadas, devido várias razões como por exemplo: a) A falta de incentivos para a população local na participação ativa no controle e gestão de recursos naturais. b) A falta da vontade política ao nível governamental local, assumindo como únicos na tomada de decisão, mesmo reconhecendo que a floresta precisa de ser protegida pela população local. c) A falta de motivação para as estruturas administrativas (secretários dos bairros, chefes de dez casas), de tal forma que sejam autores fundamentais na capacitação ambiental das pessoas na zona ou bairro da sua jurisdição. Assim,

a Educação Ambiental deve fazer parte da convivência prática e científica, valorizando as estruturas tradicionais e administrativas, garantindo que as futuras pesquisas possam servir como alicerce orientadora na obtenção de informações capazes de satisfazer as crescentes demandas da população local sem surtir a problemática ambiental de estabilidade dos recursos florestais com a sua fauna-bravia (PAIVA; RIBEIRO, 2008).

Considerações finais

No desenvolvimento da nossa pesquisa junto com os participantes que fizeram parte do estudo em questão (Estruturas Tradicionais e Administrativas, Comunidades Locais, Camponeses/Agricultores, Caçadores, Aprendizes, sobretudo, Professores), concluiu-se que:

- As fragilidades na aplicação da lei da floresta e fauna-bravia na região em estudo, constituem um dos fatores que contribuem a falta de flexibilidade nas ações conjuntas, na sensibilização, preservação e a conscientização da população, dificultando o uso sustentável florestal.
- Também foi possível identificar que os assuntos relacionados com o Trabalho Educativo na preservação dos recursos florestais com a sua fauna-bravia encontram dificuldades para a sua lecionação na sala de aula, devido certas limitações de materiais didáticos para este efeito: falta de tempo dos professores em relação à temática ambiental, falta de interesse dos aprendizes, dentre outros aspectos.
- Por outro, foi possível perceber que diante a esta pesquisa levou aos aprendizes, principalmente da décima segunda classe a entenderem que os problemas ambientais não têm fronteiras e a sua resolução necessita da intervenção da Educação Ambiental, envolvendo várias entidades desde os líderes tradicionais locais, professores, alunos, comunidade em geral, governo e organização não-governamental (ONG) que lidam com a questão do meio ambiente.

Para isso, sugerimos que os professores de todos os níveis de escolaridades, mesmo com as dificuldades que deparam no terreno, é urgente que cada professor esteja sensibilizado psicologicamente da necessidade do Trabalho Educativo, impulsionado a sua dedicação e boa vontade, desenvolvendo a consciência de gestão, preservar e cuidar os recursos florestais com a sua fauna-bravia.

Assim, as instituições de investigação e ensino, principalmente a Universidade Save, em parceria com as autoridades competentes, as estruturas tradicionais e os parceiros nacionais e internacionais, fazer um levantamento da biodiversidade existente e do seu estado de conservação, bem como das dinâmicas que gerem o desenvolvimento das suas populações, garantindo a participação das comunidades locais na tomada das decisões referente a gestão dos recursos naturais, reduzindo desta forma os conflitos do poder público com o público-alvo.

Portanto, as comunidades locais residente em áreas com maior degradação florestal, devem engajar-se no processo de gestão e conservação da biodiversidade, dando responsabilidade aos parceiros internacionais no apoio na formação de valores, atitudes e habilidades, formando desta forma aprendizes conscientes, aptos a decidir e atuar de acordo com a realidade do bem-estar das comunidades locais e criando condições de tal forma que se beneficiem dos 20% resultante da exploração dos recursos florestais.

Referências

AFONSO, A. Jr. Estado, mercado, comunidade e avaliação: esboço para uma rearticulação crítica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, 1999.

ALEXIADES, M.N. **Ethnobotany in the Third Millennium: expectations and unresolved issues**. 2003.

BARDIN, L. (2008). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental, princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FERNANDES, F. (Coord.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (11ª. Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação coleção magistério 2º grau**. Série formação do professor. 21 Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MACUCULE, A. **Introdução à Gestão Participativa de Recursos Naturais**. IUCN, Maputo. (2006).

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 281-293, 2022.

MCMILLAN, J.; SCHUMACHER, S. **Research in education**: A conceptual introduction. (5ª Ed.). New York: Pearson Education, Inc. 2010.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 1212002**: da Lei nº 10199. de 7 de Julho, Lei de Florestas e Fauna Bravia

MOÇAMBIQUE. **O Decreto nº 30/2012**, da Lei nº 11/2003, de 25 de Março, Lei da floresta e fauna bravia Moçambicana.

MUSTALAHTI, I. The Realities of Participatory Forest Management: Case Study Analyses from Tanzania, Mozambique, Laos and Vietnam. *In*: MINISTRY FOR FOREIGN AFFAIRS OF FINLAND. **Footprints in forests**: Effects and Impacts of Finish Forestry Assistance, 2011.

PAIVA, K. C. M.; MELO, M. C. O. L. Competências, gestão de competências e profissões: perspectivas de pesquisas. **Revista de Administração Contemporânea**. 2008.

SERRA, C. **Da Problemática Ambiental à Mudança Rumo a um Mundo Melhor**. Escolar Editora, Maputo. 2012.

SILVA, D.R. **Psicologia da Educação e Aprendizagem**. Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELI). Indaial: ASSELI, 2007.

TRISTÃO, M. Uma abordagem filosófica da pesquisa em Educação Ambiental. **Rev. Bras. Educ. [online]**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, v.18, n.55, 2013.